

APRESENTAÇÃO

Adultos e crianças que apresentam alguma forma de sofrimento psíquico, comportamentos considerados socialmente desajustados ou desempenho escolar/profissional que não atende às metas ou expectativas estabelecidas pelas instituições têm sido, cada vez mais, diagnosticados como portadoras de distúrbios e doenças e, assim, convertidos em consumidoras de tratamentos e medicamentos. Colocar em debate essa tendência alarmante e crescente na sociedade brasileira e consolidar subsídios para seu enfrentamento foram os objetivos que orientaram a proposição do Dossiê “*Medicalização da Educação*” que, com grande satisfação, apresentamos à comunidade acadêmica.

Este dossiê reúne textos de pesquisadores de diferentes universidades no Brasil e América Latina que oferecem elementos teóricos para uma reflexão crítica sobre os processos de medicalização presentes na sociedade e em particular no campo da educação escolar. O conjunto dos textos demarca os limites e equívocos de explicações pautadas em uma lógica biologizante, individualizante, patologizante e denuncia os compromissos ideológicos, políticos e financeiros da medicalização, bem como suas graves implicações e consequências, reafirmando a necessidade de uma análise científica mais ampla capaz de desvelar a multideterminação e a complexidade que as questões humanas envolvem. Nesse sentido, os diversos textos aqui reunidos articulam-se pelo compromisso com o desenvolvimento humano e a superação das diferentes formas de exclusão e normatização da vida social.

Gisela Untoiglich abre o Dossiê apresentando um alarmante panorama dos processos de patologização e medicalização da vida e da educação na América Latina no artigo “*Medicalización y patologización de la vida: situación de las infancias en latinoamérica*”. Abordando a realidade atual em diversos países, entre eles o Brasil como segundo consumidor mundial de Metilfenidato e o Chile com a política de subvenção financeira a escolas em função de diagnósticos psiquiátricos dos alunos (descalabro que acaba por produzir as chamadas “escolas ritalinizadas”). A autora denuncia de forma contundente e consistente o crescimento vertiginoso do diagnóstico de TDAH e a banalização da prescrição e do consumo de psicofármacos. Apresenta, ainda, um extrato de um caso clínico que ilustra de forma nítida e inquietante as contradições envolvidas nessa problemática. O texto expressa o trabalho que vem sendo realizado de forma articulada por grupos e organizações em diversos países, com destaque ao *Forum Infâncias* na Argentina e o *Fórum sobre a Medicalização da Educação e da Sociedade* no Brasil, no combate ao perverso processo de

controle e normatização da vida social por meio de dispositivos que ocultam os verdadeiros determinantes do fenômeno: a reprodução de modos de viver cada vez mais competitivos, produtivistas e direcionados ao consumo.

Lygia de Souza Viegas e Ariane Rocha Felício de Oliveira nos apresentam, no artigo “TDAH: conceitos vagos, existência duvidosa”, um levantamento de publicações sobre TDAH na base de dados Scielo, no qual identificaram, problematizaram e evidenciaram a inconsistência dos argumentos que sustentam a visão hegemônica acerca da etiologia, diagnóstico e tratamento do transtorno. Com base nessas análises, as autoras colocam em dúvida a existência do TDAH como transtorno neurobiológico de causa genética, diagnosticado fundamentalmente por meio de escalas objetivas e testagem psicológica (dada a inexistência de exames comprobatórios), cujos supostos portadores devem ser submetidos a intervenções psicofarmacológicas como estratégia fundamental de tratamento. O artigo defende, assim, a necessidade de resistir e superar visões simplistas dos processos de aprendizagem e do comportamento humano, que corroboram para a conversão de diferenças em doenças ou transtornos a serviço de interesses políticos e econômicos.

Também partindo de um levantamento bibliográfico realizado em bases de dados nacionais e internacionais, Hilusca Alves Leite e Marilene Proença Rebello tomam como objeto o problema do desenvolvimento da atenção, buscando compreender como a ciência explica essa função psicológica e o suposto transtorno a ela atribuído na literatura contemporânea que versa sobre o TDAH. As autoras, no artigo intitulado “O desenvolvimento da atenção como objeto de estudo: contribuições do enfoque histórico-cultural”, apresentam um estudo bibliográfico que demonstra que grande parte das pesquisas nos campos da Saúde, Saúde Mental e Educação abordam o desenvolvimento da atenção pela sua ausência, focalizando a simples mensuração da atenção e apoiando-se em uma visão maturacionista, segundo a qual eventuais *déficits* dessa função psicológica são atribuídos a falhas orgânicas no amadurecimento do organismo, corroborando para a perspectiva de um tratamento medicamentoso. Problematizando essa concepção a partir do aporte teórico da Escola de Vigotski, as autoras reafirmam a necessidade de uma compreensão científica da ‘atenção’ como processo psíquico que se desenvolve mediante as apropriações que a criança faz do seu ambiente cultural e das mediações que recebe dos seus pares.

Esse desafio é enfrentado por Nadia Mara Eidt, Silvana Calvo Tuleski e Adriana de Fátima Franco no artigo “Atenção não nasce pronta: o desenvolvimento da atenção voluntária como alternativa à medicalização”. As autoras, argumentando que mais que

detectar se a criança possui ou não a atenção voluntária é preciso explicar como e por quais meios esta função psíquica se desenvolve ao longo da vida, apresentam um estudo teórico-conceitual acerca do desenvolvimento atencional, caracterizando os estágios do desenvolvimento da atenção voluntária e explicando os determinantes da transição a novos estágios de modo articulado com a análise histórico-cultural da periodização do desenvolvimento psíquico. As autoras demonstram que a atenção voluntária, como processo psíquico superior, é resultado de um longo percurso de formação subordinado à lei da internalização dos signos da cultura e, portanto, condicionado pelos modos como a sociedade organiza os meios educativos extra e intra-escolares. Apoiadas na análise da complexificação das relações interfuncionais entre atenção, memória, linguagem e pensamento que se produz ao longo do desenvolvimento psíquico no interior das diferentes atividades que guiam o desenvolvimento psíquico da criança a cada novo período etário, asseveram que a atenção voluntária não se forma por meios químicos e propõem uma inversão radical na abordagem de dificuldades de escolarização vinculadas ao problema da desatenção: a criação de formas educativas capazes de desenvolver plenamente, em todas as crianças, as funções psíquicas superiores.

A relação entre ensino escolar e desenvolvimento da atenção é abordada no artigo “Crianças desatentas ou práticas pedagógicas sem sentido? Relações entre motivo, sentido pessoal e atenção” por Flávia da Silva Ferreira Asbahr e Marisa Eugênia Melillo Meira. O texto coloca em foco o papel das práticas de escolarização no desenvolvimento das capacidades e funções psíquicas da criança, evidenciando, a partir da teoria da atividade de Leontiev e de dados de pesquisa, que a estrutura e o conteúdo da atividade de ensino são determinantes para dirigir e desenvolver as formas superiores de atenção. Assim, as autoras reivindicam o campo da educação escolar como o *locus* verdadeiro para o enfrentamento do problema da desatenção, sustentando que a atenção forma-se em relação direta com a atividade do sujeito e que aprendizagem ocorre dependendo do sentido que tenha para o sujeito, o que coloca em destaque o papel do professor na produção de novos motivos e neoformações psíquicas por meio da organização da atividade do estudante.

No artigo “Medicalização das diferenças funcionais – continuidades nas justificativas de uma educação especial subordinada aos diagnósticos”, Carla Biancha Angelucci apresenta o problema do diagnóstico em Saúde como dispositivo de manutenção da clássica divisão entre sujeitos escolarizáveis e não escolarizáveis, enfocando, assim, a prevalência da patologização e da lógica médica no campo da Educação Especial. Postulando

a necessidade de superação de uma perspectiva correccional no tocante às diferenças humanas, a autora propõe como desafio à escola o trabalho de suportar – dar suporte – às diferenças. Argumentando que é a partir das diferenças – e não a despeito delas – que a escola pode proporcionar a experiência da coletividade e a apropriação crítica dos bens culturais como direito social universal. O artigo nos convida a refletir sobre um projeto de escola que contemple e promova o espaço e o tempo para o encontro e para a conversa, para a lembrança e para as narrativas, para o sofrimento e para a solidariedade, enfim, para o humano.

O artigo “TDAH e medicalização: considerações sobre os sentidos e significados dos sintomas apresentados por crianças diagnosticadas”, de Rosana Vera de Oliveira Schiotti, Jorge Luis Ferreira Abrão e Sérgio Augusto Gouveia Junior, apresenta os significados da sintomatologia do TDAH a partir de um trabalho de psicodiagnóstico realizado com três crianças diagnosticadas com o transtorno e submetidas a tratamento medicamentoso. A partir de pesquisa qualitativa fundamentada na psicanálise, cujos resultados apontam que as crianças tiveram poucas experiências de continência e tolerância à frustração, evidenciam o quanto a escola se guia pela perspectiva medicalizante para o enfrentamento dos problemas encontrados junto aos alunos. Os autores deixam evidenciar as divergências entre as lógicas médica e psicanalítica na abordagem das formas de ser e sofrer das pessoas. As conclusões do estudo reafirmam que, dados seus contornos imprecisos e abrangentes, o TDAH tem se apresentado como classificação diagnóstica “guarda-chuva” que condensa em uma única entidade nosológica a multiplicidade de novas modalidades de mal-estar contemporâneo.

Fechando o dossiê temos um ensaio teórico de Melissa Rodrigues de Almeida e Rogério Miranda Gomes – “Medicalização social e educação: contribuições da teoria da determinação social do processo saúde-doença” –, no qual os autores tomam como objeto o processo de medicalização social buscando desvelar suas determinações essenciais. Recuperando a gênese do conceito, esclarecem o contexto histórico de seu surgimento e elucidam os mecanismos pelos quais se produz a ampliação dos limites do patológico e a extensão do campo de normatização médica sobre a vida. Sustentam que a medicalização social deve ser compreendida como movimento de produção crescente de respostas no campo biomédico para manifestações de contradições sociais inerentes ao atual modo de produção da vida social, situando a partir dessa determinação o papel do complexo médico-industrial e dos serviços de saúde. Em um mundo que almeja a modelação farmacológica e genética de corpos e mentes voltada à eficácia capitalista em que tudo o que afete a produtividade é patologizado, os autores provocam o leitor a refletir sobre o que o processo de medicalização social pode

nos dizer sobre a vida na sociedade contemporânea. Perguntam-nos: que vida é essa que necessita cada vez mais de tratamentos e dispositivos de controle da conduta e do sofrimento dos indivíduos? Ao lançarem esse questionamento, nos convidam a vislumbrar, para além da vida que temos, que vida desejamos.

Salientamos que neste dossiê há trabalhos que se contrapõem de forma veemente ao processo de medicalização da vida e da educação, seja pela perspectiva em defesa da diversidade das formas de ser e viver, pelo viés do aporte psicanalítico do sofrimento humano ou pelo horizonte da promoção do desenvolvimento psíquico humano nas suas máximas possibilidades e tendo como mediação fundamental o ensino escolar. Embora guardem especificidades, o conjunto de artigos evidencia que essas perspectivas articulam-se na luta contra o perverso processo de patologização e medicalização de nossas crianças e jovens. Acreditamos que os artigos somam esforços para o desvelamento das determinações que produzem esse fenômeno (TDAH) visando enfrentar o processo de medicalização no campo da vida social e, mais especificamente, na educação escolar.

Os artigos de fluxo contínuo permitem, em parte, continuarmos a nos inteirar da temática do dossiê e nos convidam para reflexões de temáticas que estão interligadas ao processo de educação escolar, com temas, por exemplo, sobre o letramento, a prática docente, a personalidade do adolescente, a inclusão escolar de crianças deficientes, etc.

Ana Carolina Galvão Marsiglia e Lígia Márcia Martins, no artigo “Contribuições gerais para o trabalho pedagógico em salas multisseriadas”, apresentam reflexões sobre a organização do trabalho pedagógico em salas multisseriadas, com vistas ao enfrentamento de problemas centrais da Educação do Campo e da escola pública em geral. As autoras situam e problematizam historicamente a seriação escolar para, em seguida, discutir o reflexo do planejamento de ensino (horizontal e vertical) e da grupalização dos alunos (estabelecendo distinções entre grupo e agrupamento), ressaltando a importância da grupalização para a promoção da aprendizagem. As autoras salientam a preocupação em fornecer elementos que suscitem análises acerca da normatização das salas seriadas, apontando que nelas, tanto quanto em salas multisseriadas, existem possibilidades e limites para a prática pedagógica e convidam os professores a operarem na direção da superação dos limites, otimizando as possibilidades concretas com as quais se deparam, em especial, naquilo que se refere às salas multisseriadas, foco central de reflexão das autoras.

Fabiola Colombani, Raul Aragão Martins e Alessandra de Moraes Shimizu, no artigo “Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade: a medicalização e a coação no

desenvolvimento moral”, abordam de forma crítica o diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Em suas análises, os autores salientam que o diagnóstico do TDAH conquistou espaço na atualidade e atingindo diretamente a educação e transferindo, para o campo da saúde, as questões provenientes do campo educacional. Enfatizam que na busca de soluções para a indisciplina e problemas de aprendizagem, a discussão desloca-se do campo político-pedagógico e adentra ao campo da medicalização, quando são empregados medicamentos conhecidos como “drogas da obediência” para lidar com a questão. Os autores visam realizar uma reflexão crítica sobre o processo de patologização e a medicalização da infância como, também, ressaltar mecanismos de controle instaurados ao longo do tempo e suas implicações ao desenvolvimento moral da criança. Para tanto, os autores empregam a posição genealógica de Foucault e a teoria construtivista de Piaget.

Silmara Regina Colombo, no artigo “Escrita e reescrita: a continuidade do letramento para alunos do 4º ano do Ensino Fundamental”, investigou o processo de aquisição da linguagem escrita de alunos do 4º ano do Ensino Fundamental. A autora realizou sua pesquisa considerando as práticas de escrita como eixo estruturador do ensino de Língua Portuguesa, visando ampliar as situações de letramento para além do que se refere à alfabetização inicial. O *corpus* analisado constitui-se de produções textuais de três alunos de uma escola pública do interior do Estado de São Paulo, realizadas em diferentes datas do ano letivo de 2013, possibilitando uma análise comparativa do progresso desses escritores iniciantes à luz das fundamentações de Vigotski e outros pesquisadores que versam sobre o ensino de linguagem. A autora conclui que casos de encaminhamento de crianças ao atendimento psicológico, por se desviarem de um equivocado padrão normal de aprendizagem, são ocorrências presentes no processo de aquisição da escrita e estão devidamente explicadas em vários estudos acadêmicos.

Ricardo Eleutério dos Anjos, no artigo “O papel da educação escolar no desenvolvimento da personalidade do adolescente”, estuda a relação entre o ensino escolar e o desenvolvimento da personalidade do adolescente a partir dos pressupostos da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. O autor pesquisou o tema nas obras de Vigotski, Leontiev, Luria, Elkonin. A pedagogia histórico-crítica, a partir das obras de Dermeval Saviani e Newton Duarte, também foi utilizada como mediação entre a psicologia histórico-cultural e a educação escolar, entendendo que esta teoria pedagógica é compatível com os pressupostos da Escola de Vigotski. O autor apresenta a concepção da psicologia histórico-cultural sobre a personalidade do adolescente como superação das concepções

psicológicas naturalizantes e idealistas, explicitando a relevância da transmissão dos conteúdos escolares para o desenvolvimento da personalidade na idade de transição.

Jurandir de Almeida Araújo, no artigo “O pensar e o fazer educacional das organizações negras baianas”, aborda dados de uma pesquisa qualitativa sobre a atuação das organizações negras baianas no campo da educação no período de 1970 a 1990. O objetivo da pesquisa é revelar a influência dessas organizações na construção e promoção da educação das relações étnico-raciais nas escolas baianas. Com base em depoimentos de militantes / professores negros, comprometidos com uma educação plural na Bahia, o autor afirma que diferentes organizações negras baianas, surgidas na década de 1970, vêm desenvolvendo atividades sociais, culturais e educacionais que visam a valorização do negro e da sua cultura e contribuindo expressivamente para os avanços no campo das políticas educacionais afirmativas.

Giselle Modé Magalhães e Afonso Mancuso de Mesquita, no artigo “O jogo de papéis como atividade pedagógica na educação infantil: apontamentos para a emancipação humana”, partindo do diálogo da Psicologia Histórico-Cultural com os processos pedagógicos da Educação Infantil, mais especificamente com base nos estudos de Daniíl Elkonin (autor russo que dedicou seus estudos à periodização do desenvolvimento humano com destaque à gênese e desenvolvimento do jogo na estrutura da atividade do indivíduo), defendem que cabe à escola desenvolver o jogo de papéis como atividade pedagógica da idade pré-escolar. Os autores defendem uma educação que desnaturalize a mercantilização das relações humanas posta na sociedade capitalista, à medida que, por meio do jogo de papéis, o professor pode ensinar atitudes anticapitalistas às crianças e fortalecer a luta pela emancipação humana. Concluem os autores que o ensino de tais atitudes passa não só pela formação do professor, como também por sua politização e engajamento na condução da educação pública e sugerem a criação de espaços com atividades culturais que promovam o diálogo e a reflexão da categoria.

Bruno Gonçalves Borges, no artigo “Possibilidades no tratamento da história disciplinar da história da educação por meio da cultura escolar”, traz reflexões sobre o processo histórico da disciplina História da Educação na perspectiva da cultura escolar. Para tanto, inicia sua discussão abordando a história da própria disciplina nos cursos de formação de professores, a qual disseminou-se pelo mundo a partir do início do século XX. Na sequência, o autor apresenta os usos do termo *cultura* dentro das ciências humanas e no interior da disciplina História, com o desenvolvimento da chamada Nova História. No

contexto da pesquisa em História da Educação, é abordada a cultura escolar como objeto e categoria histórica. O autor defende a construção de uma história do ensino que responda a intenção de fazer uma história por dentro, ou seja, a partir da reconstrução de uma disciplina por meio de suas práticas escolares e pela ação dos agentes educacionais.

Beatriz de Paula Souza, no artigo “Puxando o tapete da medicalização do ensino: uma outra educação é possível”, desenvolve reflexões sobre o processo de medicalização no ensino a partir de contos ilustrativos. A autora explica que o recorte escolhido foi o modelo de escola hegemônico e os caminhos pelos quais este modelo é solo fértil para tal fenômeno. Tendo como referencial teórico o materialismo histórico, o qual permite o desvelamento de raízes históricas sobre o fenômeno medicalização e seus desencontros com o modo de vida e produção contemporâneo.

Carolina Oliveira Jimenez Silvestre e Erica Aparecida Garrutti de Lourenço, no artigo “Análise de episódios interativos de crianças surdas em uma instituição de Educação Infantil”, abordam episódios interativos entre duas crianças surdas, seus pares ouvintes e uma professora. As autoras pautaram-se em um estudo de caso de caráter qualitativo e por meio da observação de uma turma de Educação Infantil em uma instituição particular de ensino, entrevistaram a professora desse grupo de crianças e a coordenadora; analisaram o Projeto Político Pedagógico e aplicaram uma atividade dirigida com as crianças. Os episódios analisados revelaram, de acordo com as autoras, que as crianças surdas desenvolvem ações conjuntas, independentemente de serem surdos ou ouvintes, pelo uso de gestos, sinais e demonstrações, pois compartilham necessidades de interação semelhantes e na mesma faixa etária. As mediações da professora ocorreram pelo uso das Libras para favorecer a aprendizagem das crianças surdas. Observou-se que é necessário que a instituição decida qual abordagem de comunicação utilizar, se o bilinguismo sucessivo ou simultâneo.

Ernesto Candeias Martins e Carina Sofia Filipa Caetano finalizam a composição de fluxo contínuo com o artigo “Inclusão duma jovem com síndrome do x frágil no 2º ciclo do ensino regular português”. Os autores relatam as dificuldades de inclusão de uma aluna de 12 anos portadora Síndrome X Frágil e que frequenta o 2º Ciclo do Ensino Básico do Agrupamento de Escola de Castelo Branco, em Portugal, são apresentadas. Os objetivos do trabalho orientaram-se à aplicação, na aula, de medidas educativas inclusivas, com estratégias e metodologias impostas no Currículo Educativo Individual. A metodologia foi de cunho qualitativo (estudo de caso), recorrendo à observação documental, naturalista e participante, questionário aos professores, entrevistas semiestruturadas (pré, pós) à professora de ensino

especial e à encarregada de educação, triangulando os dados com as notas de campo. Os autores destacam que os resultados confirmaram que a escola respeita a inclusão com recursos adequados. Os professores de apoio demonstraram boas práticas, informação adequada à síndrome e às necessidades de intervenção. Os pais revelam-se colaborativos, empenhados e envolvidos, realçando a proximidade com a escola e participação no processo de ensino-aprendizagem (contributo ao sucesso).

Finalmente, este número apresenta três resenhas. Um dos livros resenhados traz reflexões acerca da ‘Medicalização da Educação’. A outra obra resenhada, de um coletivo de autores, trata de temas de ‘Gênero, corpo e sexualidades na contemporaneidade’. Por fim, a terceira resenha discute aportes da Teoria Histórico-cultural e suas implicações à práxis educacional.

Esperamos que os artigos que compõem o Dossiê “*Medicalização da Educação*” fomentem o debate crítico sobre as temáticas abordadas, com destaque ao processo de medicalização da educação e da vida. A partir desses artigos, que os leitores possam avançar aos estudos aqui apresentados e continuar com o diálogo teórico-acadêmico promotor de desenvolvimento humano e instrumento de transformação da realidade social.

Boa leitura!

Juliana C. Pasqualini¹

Rosiane de Fátima Ponce²

(Organizadoras)

¹ Professora Doutora do Departamento de Psicologia da FCL/UNESP, campus de Bauru.

² Professora Doutora do Departamento de Educação e Programa de Pós-graduação em Educação da FCT/UNESP, campus de Presidente Prudente.